

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	V
<i>Prefácio</i>	XI

Capítulo I — CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro e direito tributário	1
2. Denominação do direito tributário	4
3. Direito tributário como ramo do direito público	5
4. Autonomia do direito tributário	6
4.1. Autonomia e especialização	7
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	10
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	11

Capítulo II — CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

1. Noção de tributo	15
2. Conceito de tributo	18
2.1. Crítica do conceito legal de tributo	19
2.2. Nossa definição de tributo	25
3. Figuras tributárias	27
3.1. Rol de tributos na Constituição	28
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	30
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	30
3.3.1. Taxas de polícia	32
3.3.2. Taxas de serviço	33
3.3.3. Taxa e preço público	40
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	46
3.5. Outras figuras tributárias	48
3.5.1. Pedágio	48
3.5.2. Empréstimo compulsório	50
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas	52
3.5.4. Contribuição para iluminação pública	55

4. Classificação das espécies tributárias	56
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	56
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	59
4.3. O problema da classificação das contribuições	61
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	64
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas	67
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tributárias	69
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias	74
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo	75
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias	81
4.9.1. Impostos	81
4.9.2. Taxas	83
4.9.3. Contribuições	84
4.9.4. Empréstimos compulsórios	86
5. Outras classificações de tributos	88

Capítulo III — A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas	93
2. Classificação da competência tributária	95
3. Critérios de partilha da competência tributária	96
4. Exercício da competência tributária	99
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária	101
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária ...	102

Capítulo IV — LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	105
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais	108
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar	109
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade	111
3.1. Reserva de lei formal e exceções	116
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	118
4.1. A irretroatividade relativa das leis	118
4.2. A irretroatividade da lei tributária	118
4.3. Irretroatividade e imposto de renda	119

5. Princípio da anterioridade da lei tributária	120
5.1. Anualidade e anterioridade	121
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	123
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	124
5.4. Anterioridade e imposto de renda	127
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	133
6.1. Princípio da uniformidade	135
7. Princípio da capacidade contributiva	136
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais	141
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório	142
9. Princípio da liberdade de tráfego	143
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio	144
10. Princípio da transparência dos impostos	145
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	145
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	147
13. Imunidades tributárias	148
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tributar”	150
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional ...	156
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitucional	157
14. Limitações de alíquotas	159
15. Limitações quanto à base de cálculo	160
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios	160

Capítulo V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	161
2. A Constituição Federal	162
2.1. Emendas constitucionais	162
3. Leis complementares	163
3.1. Origem e características	163
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário	164
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Nacional	166
4. Leis ordinárias e atos equivalentes	168
4.1. Leis ordinárias	168
4.2. Leis delegadas	168
4.3. Medidas provisórias	168
5. Tratados internacionais	174
5.1. O tratado como lei especial	174

5.2. A questão do primado dos tratados	177
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal	180
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material	184
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo	185
7.1. Resoluções	185
7.2. Decretos legislativos	185
8. Convênios	186
9. Decretos regulamentares	186
10. Normas complementares	187

Capítulo VI — VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis	189
2. Regras gerais	190
3. Vigência no espaço	190
3.1. Leis estrangeiras	192
4. Vigência no tempo	192
4.1. Vigência e princípio da anterioridade	194
5. Aplicação da lei tributária	194
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária	195
5.2. As chamadas leis interpretativas	196
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações	198

Capítulo VII — INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração	201
2. Interpretação do direito tributário	203
3. Integração do direito tributário	206
3.1. Analogia	207
3.2. Princípios gerais de direito tributário	209
3.3. Princípios gerais de direito público	210
3.4. Equidade	211
4. Princípios gerais de direito privado	213
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária	215
6. Interpretação literal	217
7. Interpretação benigna	217
8. A interpretação econômica do direito tributário	219
9. Abuso de forma, abuso de direito e simulação	224

10. A dissimulação do fato gerador	232
11. A desconsideração da pessoa jurídica	234

Capítulo VIII — A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação	237
2. Obrigação tributária	239
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária	240
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória	241
2.2.1. Obrigação principal	241
2.2.2. O sentido da “acessoriedade” da obrigação dita acessória	243
2.3. Obrigação e fato gerador	244
2.4. Obrigação e patrimonialidade	245
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo	245

Capítulo IX — FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador	247
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”	249
3. Elementos do fato gerador do tributo	254
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados	259
5. Momento da ocorrência do fato gerador	263
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição	265
6. Fato gerador, presunções e ficções	265
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes	267
7.1. Interpretação do fato gerador	269
8. Efeito do fato gerador	270
9. Incidência, não-incidência, imunidade e isenção	271
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”	274
9.2. Regime jurídico da isenção	276
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade	277
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	279
9.3. Classificação das isenções	281

Capítulo X — SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária	283
--	-----

1.1. Competência tributária e sujeição ativa	284
1.2. Sucessão do sujeito ativo	286
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado	288
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	289
3. Contribuinte	291
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva	292
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	293
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	294
4. Responsável	295
4.1. Responsável como “terceiro”	296
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias ...	297
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável	299
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional ...	303
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária	304
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte	305
7.3. Responsabilidade solidária	305
7.3.1. Efeitos da solidariedade	309
7.4. Responsabilidade por sucessão	311
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	317
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	318
8. Sujeição passiva e convenções particulares	319
9. Capacidade tributária	320
10. Domicílio tributário	322

Capítulo XI — LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	323
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	328
3. Conceito de lançamento	332
4. Natureza do lançamento	336
4.1. Lançamento como ato administrativo	336
4.2. Lançamento como ato vinculado	337
5. Moeda do lançamento	337
6. Lei aplicável ao lançamento	338
7. Inalterabilidade do lançamento	339
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	340
9. Modalidades de lançamento	346
9.1. Lançamento por declaração	347
9.2. Lançamento e revisão de ofício	349
9.3. Lançamento por homologação	352

10. Lançamento e arbitramento	358
11. Efeitos do lançamento	359
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário	361

Capítulo XII — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade	363
1.1. Suspensão da exigibilidade	364
2. Moratória e parcelamento	367
3. Depósito do crédito tributário	369
4. Reclamações e recursos administrativos	370
5. Liminar e tutela antecipada	371

Capítulo XIII — EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário	373
2. Extinção da obrigação acessória	375
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	375
4. Pagamento	379
5. Consignação em pagamento	381
6. Decadência e prescrição	383
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916	384
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002	388
6.3. Prazos extintivos no direito tributário	389
6.4. Decadência do direito de lançar	393
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação ...	396
6.5. Prescrição da ação de cobrança	401
6.6. Prescrição e lançamento por homologação	404
6.7. Interrupção da prescrição	404

Capítulo XIV — REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito	405
2. O direito à restituição do indébito	406
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento	407
3. Hipóteses de restituição	408
4. Restituição de tributos indiretos	410
5. Restituição de juros e penalidades	412
6. Prazos extintivos	413
7. Restituição e compensação	414

Capítulo XV — INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	417
2. Sanções criminais e administrativas	418
2.1. As “classificações” do direito penal	421
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”	422
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais	424
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais	425
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	426
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	427
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade ..	430
6. Responsabilidade por infrações e dano	432
7. Responsabilidade pessoal do agente	432
7.1. Ilícitos criminais	434
7.2. Infrações de dolo específico	434
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	435
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infra- ções	436
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	437
8.2. Forma da denúncia	438
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	439
9. Anistia	440
9.1. Anistia e isenção	441
9.2. Anistia e remissão	441
9.3. Anistia e obrigações acessórias	442
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia	443
9.5. Anistia fiscal e dolo	443
9.6. Forma e formalidades da anistia	445
10. Crimes tributários	447
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	447
10.2. Histórico dos crimes fiscais	448
10.3. Crimes contra a ordem tributária	450
10.4. Depositário infiel	451
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade	452
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade	452

Capítulo XVI — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	453
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	455

3. Presunção de fraude	456
4. Preferências do crédito tributário	458
5. Prova de quitação de tributos	459

Capítulo XVII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	461
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal	462
1.2. Procedimento de fiscalização	464
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	464
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco	465
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco	465
2. Dívida ativa	466
3. Certidões negativas	467

<i>Bibliografia</i>	469
---------------------------	-----